

O Pensamento Naval nas páginas da Revista Marítima Brasileira (1970-1990): Guerra Fria, *Détente*, e a Guerra das Falklands/Malvinas

Emilio Reis Coelho¹
Vágner Camilo Alves²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar o impacto da estrutura do Sistema Internacional e das lições aprendidas com a Guerra das Falklands/Malvinas (1982) sobre o pensamento naval brasileiro. A questão é examinada a partir dos artigos da Revista Marítima Brasileira (RMB), publicados entre 1970-1990, notadamente aqueles escritos pelos oficiais da Marinha do Brasil (MB). Os artigos são analisados a partir de uma contextualização que tem como pano de fundo a Guerra Fria, as nuances pelas quais passava o conflito bipolar naquele período, bem como a influência daquela disputa sobre o Brasil e sobre a produção do pensamento estratégico no país. Constatou-se que o conflito entre as superpotências perdeu espaço na RMB, ao longo da janela temporal da pesquisa, e que a revista se dedicou a publicar maior número de textos escritos por autores nacionais. Apesar disso, averiguou-se que nem a *Détente* nem o Conflito no Atlântico Sul afetaram significativamente os rumos do pensamento estratégico naval brasileiro, que se manteve focado no conflito bipolar.

Palavras-chave: Pensamento Naval Brasileiro; Guerra Fria; Falklands/Malvinas.

Naval Thought in the pages of *Revista Marítima Brasileira* (1970-1990): Cold War, *Détente*, and the Falklands/Malvinas War

Abstract

This article aims to define the impact of the structure of the International System and the lessons learned from the Falklands/Malvinas War (1982) on the Brazilian naval thinking. The issue is discussed based on articles from the Revista Marítima Brasileira (RMB), published between 1970-1990, mainly those written by the officers of the Brazilian Navy (MB). The articles are analyzed from a contextualization that has the Cold War as a background, the nuances that the bipolar conflict went through in that period, the influence of that dispute on Brazil, and the production of strategic thinking in the country. It is worth noting that the conflict between the superpowers lost space in the RMB throughout the research time window. Furthermore, the journal focused on publishing more texts written by national authors. Even though, it is shown that neither *Détente* nor the Conflict in the South Atlantic

¹ Doutorando em Estudos Estratégicos pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (PPGEST/UFF), emiliocoelho@id.uff.br.

² Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), é diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF), vcamilo@id.uff.br.

significantly affected the course of Brazilian naval strategic thinking, which remained focused on the bipolar conflict.

Keywords: Brazilian Naval Thought; Cold War; Falklands/Malvinas.

Artigo recebido em: 06/10/2021

Artigo aprovado para publicação em: 19/01/2022

Introdução

O objetivo deste artigo é definir o impacto da estrutura do Sistema Internacional e das lições aprendidas com a Guerra das Falklands/Malvinas (1982)³ sobre o pensamento naval brasileiro. Para tal, serão comparados artigos publicados pelos oficiais da Marinha do Brasil (MB) na Revista Marítima Brasileira (RMB), na década anterior à guerra (a partir de 1970), com os textos publicados no pós-conflito (até 1990), apontando se houve afastamento em relação às reflexões voltadas ao confronto bipolar da Guerra Fria, bem como se eventuais mudanças teriam relação com o aprendizado decorrente do Conflito no Atlântico Sul. Foram examinados 661 artigos publicados ao longo das 84 edições da revista, editadas na janela temporal da pesquisa (1970-1990). Dentre esses artigos, uma maior atenção foi dedicada aos 493 textos escritos por oficiais da Marinha do Brasil (129 de autoria de Almirantes, 353 de Oficiais Superiores e 11 de Oficiais Subalternos/Intermediários). Um total de 63 artigos foi selecionado, 45 escritos na década anterior à guerra e 18 após. Destes, 34 mostraram-se especialmente relevantes e são citados neste trabalho⁴.

Para alcançar os objetivos propostos, serão abordados os seguintes pontos: o foco do pensamento naval no confronto Leste x Oeste; o relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos; a situação política no Brasil, o regime militar e a redemocratização; a importância do Poder Marítimo e do Poder Naval para o Brasil e o Entorno Estratégico Brasileiro.

As fontes mostraram que – apesar de o tema ter perdido espaço na revista e da publicação de mais textos escritos por autores nacionais – nem a *Détente* nem a Guerra das

³ Neste trabalho, as ilhas serão referenciadas sempre como “Falklands/Malvinas”, a fim de demonstrar isenção em relação à discussão política em torno da soberania sobre elas. Cabe registrar, entretanto, que a posição do Estado brasileiro é pelo reconhecimento da soberania argentina sobre as ilhas (NASSIF, 2011).

⁴ Para maior detalhamento acerca desses artigos, sua classificação por áreas do conhecimento, seus autores etc., ver COELHO, 2019, Apêndices, de E a H.

Malvinas afetaram significativamente o pensamento estratégico naval brasileiro em relação ao seu foco no conflito bipolar.

O Foco no Confronto Leste x Oeste

No início dos anos 1960, observou-se um abrandamento no nível de tensão entre as duas superpotências, EUA e URSS. A Guerra da Coreia (1950-1953) havia passado, bem como os anos de convulsão na União Soviética que se seguiram à morte de Stalin, sem que um confronto de maiores proporções entre os dois blocos houvesse ocorrido. A crise econômica pós 2ªGM, que assombrava os europeus, não se materializou. Pelo contrário, aquele continente, em sua metade ocidental, usufruiu de um período de prosperidade geral. Foi nesse ambiente que se iniciou *Détente*. Para Hobsbawm, o resultado dessa fase do confronto bipolar foi o de um Sistema Internacional relativamente estabilizado, com a construção do muro de Berlim, em 1961, e um acordo tácito visando a estabilidade estratégica entre as duas superpotências, após a crise dos mísseis de 1962. Além disso, os movimentos de guerrilha na América Latina, liderados por Cuba, não conseguiram promover a onda de revoluções que se imaginava (HOBSBAWM, 1994, pp. 242-243).

Mingst destaca a cúpula de Glassboro, em 1967, entre líderes norte-americanos e soviéticos, como um passo importante da *Détente*. Outro evento de destaque ocorreu em 1972, quando foi assinado o primeiro Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (*Strategic Arms Limitation Talks*, SALT I), estabelecendo limites para a quantidade de mísseis balísticos intercontinentais (*Intercontinental Ballistic Missile*, ICBM) e para as ogivas nucleares, além de restringir o número de instalações de mísseis antibalísticos a serem mantidas pelas superpotências (MINGST, 2014, posição 1448-1450).

Nesse ponto, nota-se que a intervenção soviética na Checoslováquia, em agosto de 1968 – no intuito de conter movimento de liberalização que se processava naquele país – não levou a qualquer envolvimento direto por parte da OTAN ou dos EUA. Outro acontecimento importante foi o estranhamento da China com a URSS. Composto dissensos geopolíticos e ideológicos, a inimizade entre os dois países já estava clara em 1962, quando a URSS apoiou a Índia contra a China em choques territoriais e acerca da questão tibetana. O

cisma escalou ao longo da década. Em 1969 ele atingiu a fronteira entre os dois países, com a ocorrência de combates entre soviéticos e chineses ao longo do rio Ussuri. A União Soviética e a China tornaram-se inimigas, para benefício dos EUA. Foi também em 1969 que Richard Nixon assumiu a presidência dos EUA, com o objetivo de buscar a reconciliação interna e externa, visando minorar os desdobramentos negativos da Guerra do Vietnã (1965-1973) que, a despeito do enorme envolvimento militar e econômico estadunidense, não lograva o sucesso almejado (KISSINGER, 1969, pp. 38-42; POSEN, 2014, p. 30).

No início do governo Nixon, o propósito primário da força nuclear estratégica prevista por McNamara era dissuadir um ataque nuclear e garantir, com alto grau de confiabilidade, a destruição assegurada do inimigo. Nesse passo, a manutenção dos estoques de armamentos nucleares estratégicos, com melhoria de sua qualidade, e a substituição progressiva dos efetivos norte-americanos por tropas aliadas, fora dos EUA, foram os passos iniciais dados por Nixon quando propôs as negociações SALT, com os soviéticos, em 1970. Em seguida, houve a reaproximação (*rapprochement*) entre chineses e norte-americanos, com a admissão da República Popular da China na ONU, em 1971, e o posterior reatamento de relações diplomáticas daquele Estado com inúmeros países ocidentais (o que veio a ocorrer com o Brasil em agosto de 1974, dentro da política do pragmatismo responsável que vigorava então no país) (XIA, 2006, pp. 13-18).

Nesse passo, em fevereiro de 1972 foi publicado o reporte “A Estrutura Emergente da Paz” (*U.S. Foreign Policy for the 1970's: The Emerging Structure of Peace*), texto de Nixon ao Congresso dos EUA, que se consolidou com visitas daquele presidente a Pequim e a Moscou. O governo norte-americano buscava a conciliação, privilegiando as negociações com seus adversários comunistas. A partir dessa filosofia, eles procuravam substituir o MAD (*Mutual Assured Destruction*, Destruição Mútua Assegurada) pelo MASS (*Mutual Assured Survival and Security*, Sobrevivência e Segurança Mutuamente Asseguradas). Como decorrência desse espírito surgiram, ainda, o SALT, já citado, e a MBFR (*Mutual Balanced Force Reduction*, Redução de Forças Mutuamente Balanceadas, em nível OTAN-Pacto de Varsóvia), tendo o SALT-I sido assinado em maio de 1972. Na sequência, em janeiro de 1973, os EUA puseram fim ao seu engajamento militar direto no Vietnã. Por

outro lado, em outubro daquele ano, o equilíbrio do sistema foi colocado à prova com a Guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses, mas um acordo de cessar-fogo foi conseguido, cuja negociação contou, inclusive, com troca direta de mensagens entre Nixon e Brezhnev (FRIEDBERG, 1978, pp. 92-95; EUA, 1972). É importante salientar que a aproximação entre EUA e China foi encarada em Moscou como ameaça, o que destravou pontos de negociação entre os dois países que, anteriormente, não avançavam. Eram os frutos da diplomacia triangular de Nixon e da clara relativização da ordem bipolar nas relações internacionais (KISSINGER, 1994).

A despeito desse contexto, o grande número de artigos publicados na RMB, entre 1970 e 1990 a respeito do confronto entre as duas superpotências – sendo a maioria deles sobre estratégia militar e estratégia naval – denota que era a Guerra Fria (1947-1991) que pautava o pensamento naval brasileiro. Foram 45 textos publicados antes da Guerra das Falklands/Malvinas e 18 após. Esse ponto ganha ainda mais destaque quando se observa que aquele período foi marcado por outras questões bastante significativas, como as crises do petróleo, as convulsões internas relacionadas ao regime militar que vigorava no país e o processo de redemocratização. Apesar disso, o acompanhamento e o estudo do conflito bipolar foram os temas que mais espaço obtiveram na RMB, entre os artigos da área dos Estudos Estratégicos⁵. Vale ressaltar também que a bipolaridade, então, circunscrevia-se quase que exclusivamente ao âmbito estratégico-militar. Ao cisma entre a China e a União Soviética, no âmbito da esfera de poder norte-americana, soma-se a retirada da França gaullista da estrutura militar integrada da OTAN, em 1966, e a visita de De Gaulle a Moscou, em 1967, ações que revelavam o desejo de ação autônoma do país em suas relações exteriores (MUNHOZ e ROLLO, 2015). Às fissuras da ordem bipolar nos dois blocos de poder acrescenta-se a formação do Terceiro Mundo, grupo heterogêneo de países composto, primordialmente, pelos novos Estados independentes nascidos do processo de emancipação colonial na Ásia e na África. O movimento dos países não alinhados, criado em 1961 e capitaneado pelos líderes da Índia, Egito e Iugoslávia, defendendo a não intervenção, a

⁵ Estudos Estratégicos são entendidos aqui como conjunto de conhecimentos inter-relacionados e coletivamente construídos, cujo objeto de ensino e pesquisa – de caráter político – é o complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional (FIGUEIREDO, 2015, pp. 112-113).

descolonização e o desarmamento, foi fruto direto do surgimento desse grupo de países que buscavam afastar-se da agenda política bipolar das superpotências. Convém destacar também que as transformações na política internacional respondiam a alterações econômicas de fundo. O chamado Terceiro Mundo aumentou sua parcela de riqueza mundial em virtude do crescimento econômico acelerado e do aumento no valor de certas commodities, como o petróleo. Mais destacado ainda para a erosão da bipolaridade econômica do imediato pós-guerra foi a recuperação da Europa e, em especial, do Japão, que apresentou o maior crescimento econômico entre os grandes PNBs mundiais no período. Tudo isso foi reconhecido pelo presidente Nixon, em julho de 1971, quando afirmou que havia, agora, cinco centros de poder econômico no mundo – EUA, URSS, China, Japão e Europa Ocidental – e não dois (KENNEDY, 1989, pp. 393-394). Tais nuances estão, em grande parte, ausentes das reflexões aqui examinadas.

O número total de artigos publicados antes e depois do conflito do Atlântico Sul é quase o mesmo (338 e 323, respectivamente), o que mostra que a redução do espaço cedido ao tema em lide, no pós-conflito das Falklands/Malvinas, foi bastante significativa, com o pensamento naval se afastando consideravelmente daquela temática. Além da redução no número de textos, observa-se que, antes da guerra, foi grande a busca pelo assunto em traduções (25). Entre os oficiais da MB, quase todos os textos foram publicados por oficiais da Armada (17), com um texto publicado por um oficial fuzileiro naval. Houve ainda a contribuição de dois textos de oficiais do Exército Brasileiro (EB), totalizando, assim, os 45 artigos mencionados, dos quais 22 são citados neste trabalho.

Para os 18 textos do pós-Guerra das Falklands/Malvinas, o panorama mostrou-se bastante distinto, com apenas duas traduções. Dessa forma, fica marcada a busca pelo pensamento próprio, em substituição a simples leitura de autores estrangeiros. Entre os oficiais da MB, os oficiais fuzileiros passaram a dividir a responsabilidade com seus companheiros da Armada, com oito textos para cada corpo. Dentre os textos mencionados acima, serão destacados aqui os doze que apresentam as contribuições mais importantes para o objeto desta pesquisa, conforme será feito também nos itens seguintes do texto.

Nesse passo, Herrick (1970a e 1970b) – em dois artigos da RMB que são traduções de trechos do livro *Soviet Naval Strategy: Fifty Years of Theory and Practice*, editado pelo U.S. Naval Institute em 1968 – escreveu sobre a estratégia naval soviética durante o governo Khrushchev, comparando a capacidade daquela Força Naval com as forças das quais a OTAN então dispunha. Para o Almirante José Maria do Amaral Oliveira, tradutor dos textos, a obra de Herrick representou, na época, a primeira tentativa séria de interpretar as motivações e os propósitos que levavam a União Soviética a buscar uma participação maior nas atividades marítimas, desde a pesquisa marítima à exploração dos recursos do mar. De um crescimento acelerado de sua marinha mercante ao aparecimento cada vez mais rotineiro de novas classes de navios de guerra, em que predominavam novas técnicas e novas armas, especialmente os mísseis.

Cabe notar que a Segunda Guerra expôs as vulnerabilidades estratégicas daquele país: fronteiras facilmente penetráveis, falta de acesso imediato às principais vias marítimas e falta de maior capacidade de projeção de poder. Na visão de Joseph Stálin, o Estado soviético estava cercado por um mundo hostil – seu objetivo maior era o de transformar a URSS em uma fortaleza intransponível (PECHATNOV, 2010, pp. 90-111).

Assim, no pós-guerra, os diplomatas e os almirantes soviéticos mapearam uma série de posições estratégicas ao longo das vias marítimas adjacentes às fronteiras no noroeste do país. No Extremo Oriente, almejavam recuperar o controle sobre os portos marítimos da Manchúria, além das Ilhas Curilas. No sudoeste, a prioridade era a de buscar o controle sobre o estreito turco e por pontos de apoio no Mediterrâneo. Porém, ao menos até meados da década de 1950, a marinha soviética mantinha ainda características predominantemente defensivas (ibidem).

Moorer (1970), então *Chief of Naval Operations* (CNO) da Marinha norte-americana – em tradução de texto publicado originalmente nos EUA –, escreveu sobre o desenvolvimento do Poder Marítimo soviético e o que a Marinha dos EUA vinha fazendo para enfrentar aquele adversário. Nesse contexto, Adalberto de Barros Nunes (1973), então Ministro da Marinha, escreve sobre o papel a ser exercido pela MB, defendendo que a força tinha “a obrigação de se constituir com uma força nacional e não apenas como componente

de uma força interamericana. Temos que crescer mais rápido do que cresce o Brasil. Temos que apoiar os interesses nacionais e atender aos compromissos internacionais” (NUNES, 1973, p. 26).

Na sequência, Gorshkov, Comandante em Chefe da Marinha da URSS entre 1956-1985 (1974a a 1974h; 1975a a 1975c), teve um conjunto de onze textos intitulado “As Marinhas na Guerra e na Paz” traduzido para a RMB, a partir de versão em inglês, publicada ao longo de onze edições da revista norte-americana *Proceedings*. No Brasil, esses onze artigos foram publicados em quatro edições da RMB. No 4º trimestre de 1974, por exemplo, dentro de espaço total de nove artigos, quatro foram reservados à obra daquele almirante. No texto, Gorshkov defende que as Marinhas são instrumentos políticos importantes para o Estado, tanto na guerra quanto na paz. A fim de ilustrar a importância que era dada ao tema na época, reproduz-se abaixo nota publicada na revista do 1º trimestre de 1974, cujo título era “Importante”:

A Revista Marítima Brasileira tomou conhecimento de que, no decorrer de 1974, a revista *Proceedings* irá publicar uma série de onze artigos de autoria do Almirante Gorshkov, Comandante-em-Chefe da Marinha Soviética, exprimindo seus pontos de vista em assuntos relacionados ao Poder Naval e ao Poder Marítimo. Ao anunciar esse evento, acrescenta o *United States Naval Institute* que cada artigo será comentado por uma autoridade naval da Marinha Norte-Americana, de reconhecida capacidade. Sempre que possível, a Revista Marítima Brasileira procura incluir em suas edições a publicação de trabalhos relacionados à Marinha Soviética, considerando o seu contínuo crescimento e sofisticação e as possíveis consequências desses eventos vis-à-vis o Poder Marítimo Brasileiro. Assim foi quanto à publicação da tradução da “Estratégia Naval Soviética”, livro controverso quanto à validade de suas conclusões, discutido, inclusive, pela direção do Instituto Naval da Marinha dos Estados Unidos, quanto à validade de sua publicação. Ao tomar conhecimento da decisão do *Naval Institute* em publicar os referidos artigos, procurou o Serviço de Documentação Geral da Marinha, imediatamente, obter a autorização daquele órgão, para a reprodução desses artigos comentados, o que deverá ocorrer nas próximas edições (BRASIL, 1974, p.5, grifo nosso).

O Capitão de Mar e Guerra Jair Olivé (1975), explicando os eventos da época para os leitores da revista, defende que, após o fim da 2ªGM, a humanidade era vista como que dividida em dois campos rivais, liderados pelos EUA e URSS, inspirados por visões incompatíveis do que deveria ser a ordem mundial. Para aquele oficial, enquanto a política norte-americana era a de desmobilizar suas tropas e reorganizar sua estrutura interna na

transformação da economia de guerra para a de paz, a URSS de Stalin engrossava as fileiras de suas divisões terrestres nas fronteiras da Europa Ocidental. Nesse sentido, em fevereiro de 1948, concretizou-se a queda da Tchecoslováquia por meio de um golpe de Estado que transformou o país numa República Socialista, conforme o modelo soviético. Por sua vez, a Hungria, em 1949, tornou-se também uma república popular, seguindo o mesmo modelo da Tchecoslováquia. Para Olivé, a Guerra Fria, naquela época, “sofria novo e violento incremento, em face da estratégia expansionista soviética, que não se valia apenas de meios militares convencionais, mas da guerra no campo psicossocial, utilizando o processo de subversão das instituições locais para a conquista do poder” (OLIVÉ, 1975, pp. 121-126).

Essa percepção de que a URSS fortalecia suas posições junto à Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra correspondia à visão ocidental acerca da questão. Na verdade, não havia, então, planejamento soviético para expandir sua área de influência para além dos territórios ocupados por suas tropas na guerra. Indicadores notáveis disso são a queda do orçamento militar da URSS em 1946-47 para metade do que fora durante a guerra e a desmobilização do Exército Vermelho, que, entre 1945 e o final de 1948, passou de quase 12 milhões para três milhões de soldados, fato este divulgado na grande imprensa norte-americana (MUNHOZ, 2020, pp. 91-92; HOBSBAWM, 1994, p. 232). Em 1975, o registro feito pelo oficial de Marinha do Brasil prosseguia emulando a visão norte-americana do imediato pós-guerra, que utilizou a percepção de ameaça soviética sobre a Europa para mobilizar o país internamente e referendar política externa que, pela primeira vez, comprometia a segurança dos Estados Unidos em tempos de paz com a do continente europeu.

No contexto da disputa bipolar estrita, Olivé (1975, pp. 149-151) destaca que, à época, a *U.S. Navy* mantinha três tipos essenciais de forças, em cumprimento à orientação do Almirante Zumwalt, Chefe de Operações Navais da Marinha norte-americana entre 1970-1974: uma força de dissuasão estratégica (composta por 41 submarinos balísticos nucleares); forças destinadas à projeção de poder sobre terra e/ou controle marítimo (compostas de grupos de ataque de Navios-Aeródromos (NAe), conjugados a forças de desembarque

anfíbio) e forças de contenção ou de presença (compostas de esquadras em operações distantes) (EUA, 2013).

Passando ao outro lado do embate, observa-se que entre 1948 e 1954, iniciou-se um grande esforço soviético de construção naval, buscando a defesa de seus mares e canais, associado à ideia de uma esquadra em potência. Com a morte de Stalin, em 1953, e a assunção de Khrushchev ao poder, surgiram os primeiros sinais de mudança no conceito de emprego do Poder Naval soviético, em face da ameaça da utilização dos NAe norte-americanos como plataformas para ataques nucleares à URSS. Além disso, o desenvolvimento da tecnologia dos mísseis permitiu o renascimento da concepção da *Jeune École*⁶, em detrimento da estratégia da esquadra em potência, em face do alto custo gerado por Forças Navais nucleadas em torno de poderosos navios de superfície. Destaca-se ainda a crise de Suez, em 1956, onde ficou patente a fraqueza soviética para intervir no mar, em função do pequeno número de unidades navais e de seu posicionamento em pontos muito distantes daquela região (OLIVÉ, 1975, pp. 152).

Desse modo, até 1964, época da substituição de Khrushchev por Brezhnev, o programa de construção naval soviético sofreu profundas alterações, enfatizando a capacidade combatente dos navios e sua velocidade, para controle das águas adjacentes ao território russo (EUA, 2017). Enfatizavam também concepção estratégica naval orientada para a guerra de corso, com o emprego do submarino de ataque em ações contra o tráfego marítimo Ocidental, ao mesmo tempo em que buscariam o desgaste contra possíveis forças de ataque de NAe norte-americanos. Esse propósito geral estava presente na enorme força soviética de pequenos meios, tais como navios-patrolha, caça-submarinos, lanchas-torpedeiras, varredores etc. Nota-se, dessa forma, que aquela Marinha, basicamente dividida em quatro esquadras – Norte, Báltico, Mar Negro e Pacífico – buscava manter um cordão sanitário naval em torno do território soviético (OLIVÉ, 1975, pp. 155-156).

⁶ Essa concepção remete-se à iniciativa de parcela da oficialidade da Marinha francesa, liderada pelo Almirante Théophile Aube, de encontrar nova configuração para a Marinha de seu país, afetada pela carência de recursos em razão do desastroso resultado da guerra contra a Prússia. Era baseada, em linhas gerais, no emprego do torpedeiro armado com novo torpedo autopropulsado para a defesa da costa francesa contra os grandes encouraçados britânicos – e na Guerra de Corso –, empreendida por cruzadores ligeiros, que se encarregariam de desgastar o Poder Marítimo do adversário (MATTOS, 2004).

A crise cubana e o bloqueio naval norte-americano de 1962 determinou nova reformulação na concepção estratégica naval soviética. Sobreveio, então, a ideia de que as ações navais não seriam conduzidas apenas nos mares do país, mas nos oceanos de forma geral. Para tal, além da dissuasão proporcionada por seus Submarinos Lançadores de Mísseis Balísticos (SLMB), a URSS lançou-se a um novo programa de construção naval com o propósito de negar ou eventualmente disputar o controle do mar nas áreas marítimas de seu interesse. Visando disputar o controle marítimo, surgiu em 1969 o programa de construção de dois porta-helicópteros e de um NAe (em adição ao *Kiev*, já existente), além da transformação progressiva dos Cruzadores Classe *Kresta* para a Classe *Kresta II*, que lhes possibilitou operar com helicópteros e aeronaves V/STOL (pouso e decolagem curta/vertical), evidenciando importante mudança de atitude no que tange ao desenvolvimento da aviação naval e à introdução dos NAe na Marinha Soviética, com profundas repercussões em sua concepção estratégica. Cabe destacar o papel do Almirante Gorshkov⁷ ao longo dessas transformações (OLIVÉ, 1975, pp. 153-154).

Em complemento ao acima exposto, Gualter Maria Menezes de Magalhães (1977), Almirante de Esquadra e então chefe do Estado-Maior da Armada, nota que “a história, através dos séculos, tem comprovado a superioridade dos Estados ou dos Impérios alicerçados na aplicação do Poder Marítimo, o qual tem sido fator preponderante na expansão, consolidação e manutenção de áreas de influência política e econômica”. O almirante defendia que os Estados ou Impérios marítimos que perderam o *status* de poder dominante cederam-no a outros Estados ou Impérios também marítimos e que a disputa entre o Ocidente e o Leste pela preponderância nos mares, na década de 1970, não fugia a essa regra. Assim, a URSS, potência tradicionalmente continental, compreendeu que, “para alcançar seus propósitos expansionistas – políticos, econômicos, sociais e militares – precisava enfrentar, de igual para igual, seus oponentes no campo em que estes, durante muito tempo, mantiveram indiscutível supremacia”. Desse modo, procurou desenvolver aceleradamente os meios flutuantes e aéreos de sua Marinha e estabelecer bases fora de seu

⁷ Para mais detalhes sobre a influência do Almirante Gorshkov no desenvolvimento da marinha soviética, ver o texto *The Paradox of Admiral Gorshkov*, publicado pelo *Center for International Maritime Security* (HUCKABEY, 2014).

território, para apoiar tanto atividades em tempo de paz como de guerra (MAGALHÃES, 1977, pp. 11-12). Mais uma vez fica patente que o oficial de Marinha via uma URSS determinada a se expandir mundialmente, conforme ditava a narrativa norte-americana.

Segundo Magalhães, naquele período, apenas as duas Marinhas mais poderosas do mundo – a norte-americana e a soviética – poderiam ter a intenção de abranger toda a gama de tarefas atribuídas a uma Força Naval: controle de áreas marítimas, negação do uso do mar, projeção de poder sobre terra, ação de presença e dissuasão estratégica. Observava ele ainda que para o Ocidente, a defesa das Linhas de Comunicação Marítima (LCM) eram tratadas como ponto vital, enquanto para o bloco comunista elas não possuíam o mesmo grau de importância, uma vez que delas dependiam em menor grau (MAGALHÃES, 1977, pp. 13-14).

Na sequência, Wegener (1977a, 1977b, 1978), almirante da Marinha da Alemanha, teve seu livro “A Ofensiva Naval Soviética” traduzido – a partir de um volume do *U.S. Naval Institute* – e publicado na RMB em três partes. Era o terceiro livro acerca da estratégia naval soviética traduzido e publicado na RMB ao longo dos anos 1970. As palavras do Almirante José Maria do Amaral Oliveira, tradutor dos textos, ajudam na melhor compreensão sobre como os oficiais de Marinha daquela época viam a MB em relação à URSS e o Poder Naval daquele Estado:

Novamente, o Instituto Naval dos Estados Unidos, ao publicar, em 1975, o livro “Ofensiva Naval Soviética” de autoria do Almirante (da Marinha da Alemanha Ocidental), Edward Wegener, possibilitou que houvesse continuidade na análise da evolução naval soviética, pois que são apresentados, na obra, novos enfoques que poderiam contribuir de maneira significativa e atualizada para um melhor entendimento das motivações e propósitos que orientam o planejamento de *nosso mais significativo antagonista* (WEGENER, nota do tradutor, 1977a, p. 72, grifo nosso).

O Contra-Almirante Mário Cesar Flores⁸ (1980) também abordou essa questão, dizendo que, no caso da eclosão de uma guerra generalizada – quando as atenções seriam

⁸ Mário César Flores (1931-2019) foi Diretor da Escola de Guerra Naval (1983-1986), Chefe do Estado-Maior da Armada (1989-1990) e Ministro da Marinha (1990-1992). Considerado um dos maiores estrategistas da força naval, foi um dos responsáveis pela instalação do Centro de Pesquisas da Marinha, em Iperó/SP, onde desenvolveram-se estudos sobre a energia nuclear. Durante o segundo semestre de 1992, no curso dos

dirigidas prioritariamente para o Atlântico Norte –, o maior esforço brasileiro deveria se concentrar na parte Ocidental do oceano, em águas fronteiras ao Brasil, “onde a nossa atuação seria complementada por meio da cooperação com as nações aliadas. Em contrapartida, caberia também ao Brasil cooperar com o esforço aliado, onde fosse possível” (FLORES, 1980, pp. 69-70).

O Vice-Almirante Mario Jorge da Fonseca Hermes (1981) argumenta que para o caso de um confronto entre os EUA e a URSS – que, certamente, envolveria outros Estados –, não poderia “haver dúvida do nosso alinhamento com a causa do mundo democrático”. Em questões que não envolvessem essa confrontação, o Brasil deveria observar o contido nas Cartas da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)⁹. Caso esse confronto se desse por meio de guerra de longa duração com armamento convencional, – caso que aquele almirante entendia como de maior probabilidade de envolvimento brasileiro – haveria necessidade de que a base industrial dos EUA fosse alimentada das matérias-primas necessárias à manutenção do esforço de guerra. Aí se tornaria evidente a importância do Atlântico Sul e, em especial, do Brasil. Mais ainda, essa relevância cresceria paulatinamente à

trabalhos da CPI responsável pelas investigações de corrupção que resultaram na abertura de processo de *impeachment* contra Fernando Collor de Melo, Flores manteve entendimentos com o grupo de parlamentares que negociou reservadamente a transferência temporária do poder para o Vice-presidente Itamar Franco. Após a renúncia de Collor, em outubro de 1992, deixou a pasta da Marinha. Foi o único integrante do primeiro escalão do presidente afastado convidado a permanecer no novo governo. Flores foi nomeado para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) – órgão de inteligência, herdeiro do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), extinto em 1990. Em declarações à imprensa, Flores garantiu que não havia qualquer semelhança entre as atividades da SAE e as práticas dos órgãos de inteligência e informação existentes no regime militar. Publicou diversos trabalhos em jornais e revistas sobre temas relacionados à estratégia militar e ao campo das relações internacionais (DANTAS, 2009). Fez parte também do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (USP) e do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (NEE/Unicamp).

⁹ Instrumento de segurança coletiva criado no mesmo ano do anúncio da Doutrina Truman, em 1947, no Rio de Janeiro, quando dezenove países das Américas se reuniram para, textualmente, assegurar a paz por todos os meios possíveis, prover auxílio recíproco efetivo para enfrentar ataques armados contra qualquer Estado americano e conjurar as ameaças de agressão contra qualquer deles. Trata-se de mecanismo multilateral que concatena consultas entre as partes e resolução de litígios interpares, em detrimento de posturas unilaterais e/ou ao arrepio do Direito Internacional (FUCCILLE, 2018, pp. 1173-1174). Para além dos aspectos legais, convém destacar que, do ponto de vista norte-americano, o TIAR, o primeiro tratado de defesa regional patrocinado pelos Estados Unidos, nunca teve como propósito maior a defesa hemisférica, salvo se tal ameaça partisse da URSS. O objetivo principal do pacto era formalizar a liderança norte-americana no hemisfério ocidental, sedimentando o protagonismo estadunidense sobre a América Latina em um momento em que eles inauguravam a nova posição do país como superpotência mundial (MOURA, 1991).

medida em que o conflito se prolongasse, consequência do incremento do tráfego marítimo que seria realizado na região. Essa situação levaria a Marinha dos EUA a ter interesse direto na MB, além de também na *Armada de la Republica Argentina*, ARA, que suplementariam os meios navais norte-americanos designados a operarem no Sul, visto que a maior parte daquela esquadra estaria alocada em regiões de maior prioridade. A extensa costa brasileira, dotada de pistas de pouso e de instalações de controle de voo com capacidade de operar aviões antissubmarino, “permitiriam razoável grau de controle contra a ameaça submarina soviética ao tráfego marítimo no Atlântico Sul” (HERMES, 1981, pp. 57-58). Esse é um texto que exemplifica como a MB era pensada predominantemente como força auxiliar norte-americana em eventual conflito com a URSS.

Assim, Hermes defende que para os EUA, estreitar laços com o Brasil seria questão de praticidade, pois as negociações estabelecer-se-iam com apenas um país, tradicionalmente amigo, em vez de com vários países da costa oeste da África, alguns inamistosos em relação aos EUA. Aquele almirante lembra ainda que o saliente do nordeste brasileiro, à semelhança do ocorrido na 2ª Guerra Mundial, continuava a ter posição de interesse estratégico para os norte-americanos. Desse modo, apesar da distância que a América do Sul manteria de um possível conflito global, não se pode ignorar que a posição geográfica brasileira conferiria a esse Estado “uma grande responsabilidade na proteção e controle do tráfego marítimo no Atlântico Sul”. Mais ainda, Hermes volta a defender que, na hipótese de ocorrer confrontação militar entre EUA e URSS, “a posição brasileira deve ser ao lado da causa das democracias ocidentais” (HERMES, 1981, pp. 59-60).

Sob outro prisma, já no pós-Guerra das Falklands/Malvinas, Sérgio Vasquez de Aquino (1984), Capitão de Mar e Guerra, publicou artigo sobre as repercussões militares da expansão soviética na África e as ações do movimento comunista internacional, defendendo que “aquele movimento visava não menos que à conquista do poder, em termos mundiais”. Assim, a despeito dos antagonismos surgidos no seu interior, que quebraram a estrutura antes obediente a Moscou, aquele autor defende que os grupos comunistas, de maneira geral, “orientam a sua ação para a destruição da sociedade democrática e capitalista e a erradicação do sentimento religioso do seio da humanidade”. Para Aquino, com relação aos países

alinhados ao bloco Ocidental, “a ação soviética se manifesta através dos Partidos Comunistas caudatários e agentes simpatizantes”, seja por ações de guerra psicológica, que visam à “destruição dos valores e da juventude” dos países-alvo, seja pelo incentivo às ações armadas. No campo econômico, a URSS e seus seguidores incentivam greves, convulsões sociais e a "chantagem energética" sobre o Ocidente, altamente dependente do petróleo árabe. Em termos militares, Aquino entendia que os soviéticos haviam construído “a maior força militar que o mundo já conheceu”, com uma Marinha que navegava em todos os mares e que era ameaça notável às linhas de comunicações essenciais ao Ocidente. O oficial defendia também que a estratégia militar soviética era a de obter supremacia total sobre os EUA, em termos nucleares e convencionais. Para Aquino, inexistia, já naquela época, o "equilíbrio do terror", pois a balança do poder pendia para a URSS não só nos aspectos militares como nos “decorrentes do tremendo assédio (tóxicos, pornografia, perversão de valores e costumes) sobre o psicossocial da nação norte-americana e de todo o mundo livre” (AQUINO, 1984, pp. 17-19). Fica evidente no texto de Aquino, enviesado em direção à visão estadunidense de cerco soviético que pouco correspondia à realidade material em que se vivia, o sentimento de paranoia que pairava entre alguns oficiais, reflexo do discurso norte-americano, especialmente a partir do governo Reagan, conforme defende Mingst (MINGST, 2014, posição 1527-1535). Assim, mesmo após o recém-ocorrido Conflito no Atlântico Sul – que não é citado em nenhum momento neste artigo – o foco se mantinha, em boa medida, no “inimigo” soviético.

Flores (1985), então já Vice-Almirante, apresenta outra visão sobre os EUA, destacando o recrudescimento do posicionamento norte-americano sobre os países do continente, no início dos anos 1980, que voltava a empregar mecanismos intervencionistas, como ação armada e apoio a movimentos contrainsurgentes, em conformidade com o endurecimento das relações EUA-URSS que ocorria naquele período (VAISSE, 1995). Desse modo, e em conformidade com sua visão acerca da ameaça comunista na América Central e no Caribe – regiões a que os EUA atribuíam alto valor estratégico –, Reagan determina a intervenção militar em Granada, em outubro de 1983 (VAISSE, 1995, pp. 162-163). Mais ainda, “fica evidenciado o intervencionismo norte-americano pelo treinamento de forças

antiguerrilha em El Salvador, pelo apoio ao governo de Napoleón Duarte (1925-1990) naquele Estado e pela ajuda aos Contras, que tentavam derrotar pela guerrilha o governo de Manágua” (FLORES, 1985, pp. 38-45). Assim, Flores destoa da visão mais comum – que pregava alinhamento mais firme aos EUA –, sendo dos poucos oficiais na revista a chamar a atenção para o caráter intervencionista norte-americano¹⁰.

Sob outro prisma, o Capitão de Fragata fuzileiro naval Mário Valdevez Castro (1985) – observando as possibilidades de emprego das forças norte-americanas contra as forças soviéticas – argumenta que tanto o bloco Ocidental quanto o bloco comunista buscavam fortalecer e ampliar suas aptidões para pronta intervenção onde quer que prevalecessem seus respectivos interesses. Para o oficial, “a resposta estratégica norte-americana busca um nível consistente de flexibilidade global, como evolução de uma postura originalmente setorializada”. Desse modo, ele considerava improvável, à época, ações na direção da guerra nuclear intercontinental, bem como eventual reação norte-americana, integrada aos aliados da OTAN, a uma agressão soviética na Europa Central. Castro destaca dois condicionantes essenciais para essa concepção. Primeiramente, o fato de que a URSS intensificava e ampliava, na visão daquele autor, sua influência internacional. O outro era a crescente dependência quanto ao abastecimento de recursos naturais por parte de fornecedores situados em áreas quase sempre politicamente sob tensão, onde pressões políticas e econômicas levavam a crises para cuja solução seria preciso fazer uso do recurso à ação armada. Castro defende que, naqueles dias, se somava à ameaça soviética a possibilidade de irromperem crises, de intensidade variada, em áreas dispersas pelo globo. Destaca aquele autor que a probabilidade de ocorrência dessas últimas era maior do que a de um confronto direto entre EUA e URSS. “Com base nesta postura estratégica, assim

¹⁰ Convém destacar que a política externa estadunidense para a América Central foi um dos aspectos que distinguiram os governos Carter (1977-1980) e Reagan (1981-1988). No primeiro, o princípio de defesa dos Direitos Humanos levou Washington a criticar regimes autoritários vigentes em grande parte da América Latina. Somoza, ditador nicaraguense, não contou com apoio norte-americano. Carter evitou interferir diretamente na região e pregava solução política moderada para os conflitos lá vigentes. A vitória dos sandinistas, em 1980, e a ascensão ao poder de Ronald Reagan alteraram radicalmente tal panorama. O novo presidente passou a encarar a região, especialmente El Salvador, Nicarágua e Guatemala, como teatro de guerra importante no conflito do “comunismo contra a democracia”, envidando todos os esforços, aquém da intervenção direta, para derrubar o governo sandinista da Nicarágua durante seu primeiro mandato (MUNHOZ, 2020, pp. 234-239).

orientada para uma condição de flexibilidade global, são projetadas as perspectivas genéricas de emprego de forças convencionais dos EUA” (CASTRO, 1985, pp. 125-128).

Sobre o conflito de 1982 – abordado pelo texto em apenas uma passagem –, Castro destaca que os britânicos conseguiram iludir o inimigo quanto à localização dos desembarques; selecionar uma praia com condições hidrográficas e de terreno favoráveis ao seu ataque; empregar o fogo naval, preparando a progressão da tropa; desembarcar rapidamente; conquistar o terreno alto dominante da região do desembarque, cumprindo, assim, os preceitos mais importantes para as operações anfíbias (CASTRO, 1985, p. 131). Assim, fica evidente que seu foco se encontrava no conflito entre as superpotências e não nas eventuais implicações da guerra no Atlântico Sul para o Brasil e para a MB.

Celso Medeiros Gomes (1985), Capitão de Fragata fuzileiro naval, escreveu sobre a capacidade estratégica do Pacto de Varsóvia, defendendo que a análise comparativa entre ele e seu oponente, a OTAN, mostra que, devido à importância que a URSS dá a uma futura guerra convencional na Europa, os planos do Pacto para a guerra se mostravam mais realistas que os da OTAN, o que resultava em adestramento mais eficaz, desenvolvimento de doutrina militar e fabricação de equipamentos e armamento mais adequados ao tipo de luta na Europa. A partir daí, o autor defende que o Pacto de Varsóvia se encontrava mais bem preparado para a guerra, contando com a vantagem de ter suas tropas dispostas em postura ofensiva, o que lhe dava, de início, a vantagem da surpresa e da iniciativa sobre o “frágil e falho dispositivo defensivo da OTAN”. O equilíbrio de forças nucleares estratégicas entre as duas alianças conferia à superioridade nuclear tática do Pacto e à sua grande superioridade convencional terrestre valor muito elevado, quando se projeta um confronto de forças na Europa. Para Gomes, “a estrutura do Pacto lhe permite respostas mais rápidas, apoiadas por uma logística centralizada, mais padronizada e, portanto, mais eficaz” (GOMES, 1985, pp. 110-112).

Mais uma vez, em Castro (1985) e em Gomes (1985) – dois oficiais superiores fuzileiros navais, em textos que se destacaram no âmbito da produção acadêmica da Escola de Guerra Naval –, percebe-se o foco voltado aos fantasmas de um Pacto de Varsóvia militarmente superior, de uma URSS expansionista e de um eventual conflito nuclear. No lugar de estudarem-se os problemas específicos do Brasil e da MB, procurava-se

compreender as estratégias norte-americana e soviética para, a partir daí, inferir-se como deveria se dar a atuação da Marinha, coligada às forças ocidentais. O entendimento de que o Brasil e, por consequência, a Força Naval brasileira, eram atores que deveriam apoiar as ações dos países desenvolvidos do Ocidente, na luta contra o “inimigo” comunista, estava de tal forma entronizado na cultura daquela oficialidade, que não se percebe nesses textos – assim como na grande maioria dos artigos daquele período – nenhum questionamento sobre se aquele seria realmente o melhor caminho para o país. Simplesmente não havia esse debate.

Nesse passo, para Sérgio Santangelo (1987), Capitão de Mar e Guerra, no caso da deflagração de um conflito Leste x Oeste, o caráter convencional e de longa duração seria o mais provável de ocorrer, contrariando os defensores da tese de que as próximas guerras seriam rápidas e explosivas. Assim, após a reposição inicial dos meios combatentes, motivada pelo enorme desgaste das forças em confronto, haveria necessidade, por parte dos Estados Unidos e das potências europeias, de receberem o apoio logístico de material estratégico imprescindível para o prosseguimento da luta. Nesse sentido, o petróleo, por exemplo, seria necessário ao esforço de guerra e à manutenção da vida econômica dos países do hemisfério norte. “Aqueles nações hoje diversificam suas fontes de abastecimento, buscando alternativas, com vistas a reduzir a importação via Atlântico Sul”. Mais ainda, o fluxo de petróleo oriundo do Golfo Pérsico pode facilmente ser interrompido por intermédio de operações militares na própria região. Santangelo entendia ser improvável a ocorrência de contenda que obrigasse a utilização do Atlântico Sul como via alternativa, deduzindo que a importância desse oceano para as potências industrializadas do Norte era bem menor do que aparentava à primeira vista e que o tráfego marítimo no Atlântico Sul diminuiria sensivelmente na eventualidade de irromper o referido conflito (SANTANGELO, 1987, p. 70).

Na sequência, Santangelo – analisando a capacidade naval e os objetivos prioritários soviéticos – afirma que a proteção de suas próprias forças estratégicas e a destruição das forças ofensivas da OTAN seriam as tarefas mais importantes da Marinha da URSS, admitindo-se que somente uma fração da frota submarina soviética seria empregada no ataque ao tráfego marítimo aliado, principalmente no Atlântico Norte, durante os estágios

iniciais de um conflito Leste x Oeste de longa duração. Para o oficial, as forças de superfície soviéticas provavelmente não seriam empregadas em campanhas contra o tráfego marítimo. Nesse caso, a maior ameaça adviria de submarinos e da aviação baseada em terra. No Atlântico Sul, os locais visados seriam as áreas focais, devido a grande concentração de navios mercantes ali existentes. No entorno da América do Sul, havia *Port of Spain*, o saliente do Nordeste, a área Rio-Santos-Vitória e, mais abaixo, a área focal do Rio da Prata. O autor nota que as áreas de *Port of Spain* e a do saliente do Nordeste tinham importância vital para os Estados Unidos e para as potências europeias, razão pela qual entendia que o Brasil poderia contar com apoio substancial, em meios navais, dos EUA e de seus aliados para a proteção dessas áreas, no caso de um conflito generalizado (SANTANGELO, 1987, pp. 72-74).

Na sequência, Raul da Costa Veiga (1989), Capitão de Mar e Guerra, escreveu sobre a Crise dos Mísseis de Cuba (1962) e a relação daquele evento com o desenvolvimento da Marinha Soviética. Por fim, o Capitão de Mar e Guerra da reserva Roberto Fontenelle Lima (1990) escreveu sobre o pensamento estratégico na era nuclear – em transcrição de palestra realizada por aquele oficial na EGN – discorrendo sobre o desenvolvimento da Guerra Fria, a estratégia nuclear das superpotências, bem como sobre a dissuasão nuclear, a estratégia da resposta flexível, as guerras limitadas e os principais acordos e tratados assinados ou em discussão naquele período. Aborda também a projeção do Poder Naval e suas implicações, vis-à-vis as duas principais Marinhas do mundo de então.

Veiga (1989) não cita em nenhum momento o conflito ocorrido em 1982, enquanto Lima (1990) faz apenas breve menção a ele, ao comentar a projeção do poder convencional sobre terra, defendendo que essa capacidade continuaria a ser importante para as forças navais, como ocorreu nas Falklands/Malvinas, quando a *Royal Navy* teve que fazer uso desse recurso para retomar as ilhas (LIMA, 1990, p. 111). Mais uma vez se observa, em ambos os trabalhos, o distanciamento da realidade especificamente brasileira e a continuada preocupação, primordialmente, com o embate bipolar, apesar da *Détente* e do Conflito no Atlântico Sul.

Hoje é fácil notar em textos como os de Aquino (1984) o exagero em relação ao grau de ameaça atribuído à URSS de então. Pontua-se que o acesso à informação, à época, era bem mais restrito que atualmente. Assim, textos dessa natureza podiam contribuir com muito mais facilidade para a manutenção de um clima de alarme. Mais ainda, a divulgação em si do texto demonstra que a RMB – publicação oficial da Marinha – compactuava, ao menos em parte, com aquela visão do estado de coisas, que hoje se sabe que era por demais inflamada. O texto de Castro (1985) mantém a mesma linha de exacerbação da ameaça comunista.

Cabe destacar a ausência na revista de textos a respeito da mudança de postura dos EUA após a chegada de Reagan ao poder, em 1981, com a devida exceção ao artigo de Flores (1985) que se posicionava além da visão corrente. Assim, o presidente norte-americano elevou o tom do confronto bipolar, o que resultou, entre outros aspectos, na intervenção militar norte-americana em Granada (1983) e no caso Irã-Contras (denunciado em 1986). Ou seja, mesmo após a campanha militar conduzida por uma potência europeia no Atlântico Sul e os casos de intervenção norte-americana na América Central, os oficiais de Marinha hesitavam em tratar a questão diretamente. Apesar da diminuição, pós-Falklands/Malvinas, do número de textos sobre o conflito bipolar, o “inimigo” continuava a ser, em grande medida, a URSS. Nesse sentido, Santangelo, em 1987 – após a cúpula de Reykjavík, portanto, ponto de inflexão importante para o fim da Guerra Fria, ocorrida no ano anterior – ainda demonstrava preocupação com a possibilidade de um conflito generalizado, demonstração da inércia desses conceitos em meio ao pensamento militar, conforme explicado por Posen (1984)¹¹. Lima, já em 1990, permanecia focado nas possibilidades de projeção do Poder Naval entre os EUA e aquele Estado que, em breve, seria a ex-URSS.

Poder Marítimo, Poder Naval e o Entorno Estratégico Brasileiro

Nesse ponto, o Capitão de Mar e Guerra Guenter Ungerer (1975) defende que o Brasil deveria dispor de uma grande e moderna Marinha, uma vez que entrava em um período

¹¹ Barry Posen é considerado um dos pioneiros no estudo sistemático da doutrina militar entre as grandes potências europeias do entre guerras – Reino Unido, França e Alemanha –, tendo contribuído sobremaneira para o entendimento dos processos que levaram à Segunda Guerra Mundial, em especial a notável vitória da Alemanha contra a França, em 1940.

de competição comercial global, expandindo sua Marinha Mercante para o transporte de cargas (UNGERER, 1975, p. 118). Para Olivé (1975), a Marinha constitui a primeira linha de segurança externa da nação, pois, para garantir a soberania e a integridade territorial do país, a MB tem que atuar nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), ao longo de mais de quatro mil milhas de costa, além de contribuir para o cumprimento de compromissos internacionais que trazem implicações para a MB, assumidos junto à ONU e à OEA, entre outras organizações. Entretanto, o autor observa que a defesa dos interesses nacionais no mar é a primeira obrigação da Marinha, que deve ser capaz de operar no alto-mar, principalmente no Atlântico Sul, no Pacífico Ocidental e no Caribe, com vistas à América do Sul, Central e África Ocidental, projetando o Poder Nacional além-fronteiras, por meio do Poder Naval (OLIVÉ, 1975, pp. 157-161).

Mais ainda, para Ungerer (1975), um grande Poder Naval seria necessário não só para garantir a segurança da nação na eventualidade de um conflito, mas também como elemento de dissuasão e de implementação de estratégia de aproximação junto aos Estados mais próximos, com viagens frequentes aos países vizinhos, a fim de demonstrar as boas intenções brasileiras e difundir, pela presença, a tese da cooperação em contraposição à da competição (UNGERER, 1975, p. 117). Flores, então Capitão de Mar e Guerra, reforçando esse ponto, defende que o Atlântico Sul – com limites estratégicos não necessariamente coincidentes com os geográficos – representa interesse especial para o Brasil, pois ele é trânsito obrigatório do tráfego marítimo de interesse para o país e *locus* de qualquer ameaça naval sobre o território nacional (FLORES, 1975).

Nesse passo, segundo Maximiano Fonseca (1979), Ministro da Marinha, a força deveria – sem ferir a soberania de outras nações e sem depender de apoio externo –, “mostrar a bandeira” em todas as águas e rotas oceânicas que fossem do interesse político ou econômico da pátria, tarefa cuja importância vinha crescendo na proporção em que crescia a importância do Brasil no contexto das nações (FONSECA, 1979, p. 14). Flores (1980) amplia e detalha a questão, defendendo que não seria possível ao Poder Naval brasileiro atuar nos vários oceanos do mundo, no futuro previsível. Desse modo, seria necessário que fosse estabelecida áreas de atuação prioritárias para o seu emprego. Em princípio, esse entorno

estratégico deveria abranger o Atlântico ao sul de um paralelo entre 10 e 15°N, o qual conteria a parcela sul atlântica das rotas transoceânicas de interesse brasileiro, o tráfego de cabotagem do país, a área de interesse mais imediato para a defesa da fronteira marítima brasileira e as águas sob jurisdição nacional. Essas áreas banhariam ainda países sul-americanos e africanos, cujo relacionamento com o Brasil tenderia a ser cada dia mais importante. Segundo o oficial, o Poder Naval brasileiro poderia ter que atuar também fora dessas áreas, sobretudo cooperando na manutenção da ordem marítima (FLORES, 1980, p. 69). Nota-se que o autor já pensava dessa forma antes da Guerra das Falklands/Malvinas. O conflito, provavelmente, veio só reforçar seu posicionamento.

Destacando a importância do posicionamento geográfico do país, Henrique Sabóia, Contra-Almirante em 1977, Vice-Almirante em 1980¹², argumenta que o Brasil ocupava posição privilegiada em um dos oceanos mais importantes do globo. A parte norte de sua costa abre portas para o Hemisfério Norte, onde se situam os grandes polos do poder mundial. Nela, o Rio Amazonas leva a influência marítima aos países andinos. Já o saliente nordestino, que aproxima o país do continente africano, oferece a oportunidade para controlar uma das mais importantes passagens oceânicas. Mais ainda, pelos portos das costas leste e sul, entrava e saía a quase totalidade do intercâmbio comercial brasileiro com o resto do mundo. Embora a imensa fronteira marítima de 7.400 km represente menos da metade do total da extensão das fronteiras do Estado, “ela é inegavelmente a sua parte mais vivificada”. Por isso, o acesso aos países do outro lado do Atlântico é bem mais fácil que a comunicação com os vizinhos terrestres do Norte e do Oeste, separados pela Amazônia e pelos Andes (SABÓIA, 1977; 1980). Nesse sentido, o Vice-Almirante da reserva Cardoso Castro (1975) já via a Região Norte do país ingressar “na pauta das nossas preocupações maiores e de nossas realizações transamazônicas¹³” (CASTRO, 1975, pp. 53-55).

Sabóia destaca ainda que o Brasil sempre teve o mar como essencial para a sua prosperidade em tempo de paz, para sua afirmação como nação soberana, e para sua

¹² Henrique Sabóia veio a ser Ministro da Marinha (1985-1990).

¹³ Alusão à Rodovia Transamazônica (BR-230), construída no decorrer do governo Médici, entre os anos de 1969 e 1974, com o objetivo de fomentar o povoamento da Região Norte e de interligá-la ao restante do país (CASTRO, 1975).

sobrevivência em tempos de guerra. “Agora, quando o Estado se projeta com interesses mais amplos, o oceano passa a representar, mais do que nunca, elemento essencial para a conquista de suas mais importantes aspirações”. Assim, à medida em que o país crescer, “ampliar-se-ão as suas necessidades de intercâmbio e, ao mesmo tempo, também aumentarão as áreas de possível conflito”. A fim de lidar com esses desafios, Sabóia alerta que a nação precisa dispor de um Poder Naval proporcional aos seus interesses marítimos, apto a ser empregado, com rapidez e eficiência, em defesa desses interesses. Como o Poder Naval é instrumento militar complexo, que requer apurada preparação e não pode ser improvisado – e ampliado –, em épocas de crise, há necessidade de tê-lo sempre em condições de pronto emprego. Para isso, impõe-se a existência, a qualquer tempo, dos meios materiais necessários ao cumprimento de sua missão (SABÓIA, 1980, pp. 21-22). Para o então Contra-Almirante Flores (1981), a evolução da tecnologia e os fenômenos políticos e estratégicos mais relevantes à época, como a descolonização, o confronto Leste e Oeste, e a bipolarização militar de nível global não alteram em nada “a verdade histórica fundamental de que o mundo continuará a ser marítimo e dependente do mar” (FLORES, 1981, pp. 41-66).

Sob outro prisma, na visão do Vice-Almirante da reserva Paulo Freitas (1981), o mundo bipolar se esgotava. Para o oficial, “as duas superpotências atuais, os EUA e a URSS, estão se aproximando do eclipse de suas fases de supremacia sobre os mundos ocidental e oriental”. Mais ainda, Freitas vislumbrava destino glorioso para a nação brasileira no cenário internacional. Assim, os “problemas econômicos e financeiros que o Brasil enfrenta no momento serão seguramente superados, pela inexorabilidade de seu destino”. O Estado brasileiro não seria apenas uma das forças a dividir os espólios da Guerra Fria. Na verdade, “seremos a Superpotência Ocidental, dentro do próximo século”. Nesse contexto, o Brasil deveria voltar-se para o mar. Ou seja, “nossa maritimidade geoestratégica já deveria estar dominando a Estratégia Nacional”. Mas, para Freitas, esse seria um caminho pré-determinado para o país, pois “essa maritimidade acabará se impondo, com o desenvolvimento nacional” (FREITAS, 1981, pp. 19-22).

Dessa forma, para Freitas, um dos objetivos que o Estado deveria perseguir seria o da conquista de posições estratégicas no Atlântico Sul. Aquele almirante atestava que o

Estado brasileiro já deveria ter empregado a diplomacia para obter posições estratégicas que permitissem montar, no futuro, sistema de defesa avançada sobre o Atlântico Sul – pensamento discrepante com o que foi apresentado até aqui, em relação aos textos anteriores ao conflito de 1982.

Na sequência, Freitas pontua que essas posições estratégicas eram bem conhecidas – Ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgia do Sul, todas sob domínio do Reino Unido – e que o Brasil já deveria ter negociado sua aquisição para incorporá-las sob a soberania nacional, “já que o país ao qual pertencem hoje jamais terá capacidade de utilizá-las como apoio à sua estratégia” (FREITAS, 1981, pp. 25-26). Em breve o Reino Unido mostraria que o autor estava enganado sobre sua disposição em defender seus interesses, mesmo muito distantes da terra natal.

Nesse mesmo ano de 1981, Flores retorna ao tema, argumentando que o Brasil, associado a nações amigas, não deveria se eximir da responsabilidade pela proteção de seu tráfego marítimo e o de seus aliados, no Atlântico Sul. Em relação à ameaça da guerra generalizada entre os blocos Ocidental e comunista, aquele almirante observava que o Brasil e seus prováveis parceiros regionais não poderiam prescindir da decisiva contribuição dos EUA. O alinhamento apropriado e oportuno com os norte-americanos, em cujo campo estratégico caberá ao Brasil participação complementar, não implica, porém, “na inexorabilidade de compromissos prematuros com sabor de conflito global”, pois, a despeito da nossa inequívoca “inserção no mundo Ocidental de cultura e valores, a prudência no campo desse conflito é indispensável para que não agravemos as dificuldades que afligem o país”. Para Flores, o Brasil deveria dispor de Marinha capacitada a responder às necessidades de segurança de um país “dependente do mar, e vulnerável no mar e pelo mar”. Essa Marinha deveria ser capaz de “contribuir para neutralizar, no Atlântico Sul, a ameaça inerente à guerra envolvendo as superpotências, contribuição que, embora complementar, precisa ser compatível com o *status* regional do Brasil”; além de ser também capaz de “superar ameaças limitadas em intensidade e área geográfica, sem a interveniência direta das superpotências” (FLORES, 1981, pp. 41-54).

Há que se considerar também, segundo o oficial, a provável necessidade de apoio na parte oriental do Atlântico Sul. Nesse sentido, cabe à Marinha exercer ação de presença naquela região, cooperando, dessa forma, para o bom relacionamento entre o Brasil e a África atlântica. Assim, é lícito realçar também o quanto significavam nossos vizinhos mais próximos. Deveriam ser estimulados, portanto, o crescimento e a consolidação de todos os tipos de interesses mútuos, em grande parte já existentes naquela época, “única forma eficaz para exorcizar os fantasmas de antagonismos regionais e para reforçar a estrutura de segurança coletiva, uma vez percebida a iminente concretização de ameaça comum” (FLORES, 1981, pp. 55-66).

Nesse ponto, faz-se oportuno analisar brevemente a postura dos EUA no conflito das Falklands/Malvinas. Em que pese os princípios contidos no TIAR e na Carta da OEA, restou evidente a opção norte-americana pelo Reino Unido, seu aliado estratégico de longa data. Documentos desclassificados do governo dos EUA mostram que, na véspera da invasão argentina, o presidente Reagan escreveu à Margaret Thatcher dizendo que não havia conseguido convencer Galtieri a se conter. Porém, deixou claro que “Ao mesmo tempo em que temos uma política de neutralidade na questão da soberania, não seremos neutros na questão do uso da força militar pela Argentina”. Na sequência, o governo dos EUA decidiu que o General Alexander Haig (1924-2010), então Secretário de Estado, tentaria mediar os lados em disputa, e isso foi feito ao longo das três semanas seguintes, enquanto a Força-Tarefa Britânica navegava rumo ao sul. Haig diligentemente ia e voltava entre Londres, Buenos Aires e Washington, mas nunca alcançou um compromisso sólido, especialmente do lado argentino. Quando sua missão foi encerrada, em 29 de abril, Reagan escreveu à Thatcher dizendo: “... não deixaremos dúvidas de que o Governo de Sua Majestade trabalhou conosco de boa fé e não teve escolha a não ser prosseguir com a ação militar baseada no direito de legítima defesa” (Margaret Thatcher Foundation, 2021a, tradução nossa). A partir de então deu aos britânicos todo o apoio militar que lhe foi pedido, especialmente na área da logística e da inteligência.

A CIA, por sua vez, errou ao pensar que Moscou trabalharia com a Argentina para bloquear as tentativas britânicas de persuadir o Conselho de Segurança da ONU a

condenar a invasão. Na verdade, para decepção e surpresa da Argentina, não houve veto soviético, sendo a Resolução 502 aprovada em cinco de abril. Essa conquista diplomática ancorou a posição britânica desde o início do conflito. Os argentinos compreenderam, é claro, a centralidade da Guerra Fria para as percepções dos EUA – ameaçaram inclusive recorrer à URSS em busca de suprimentos de armas. Porém, após a guerra, as ansiedades diminuíram. Em julho de 1983, um relatório da CIA sobre as perspectivas do fornecimento de armamento à Argentina concluiu que "somente como último recurso os argentinos iriam fazer aquisições importantes, que constituiriam relação de longo prazo com os soviéticos" (Margaret Thatcher Foundation, 2021b, tradução nossa).

Paulo Lafayette Pinto (1984), *Capitão de Fragata*, no pós-Guerra das Falklands/Malvinas se aprofundou na questão do relacionamento do Brasil com o seu entorno, argumentando que o país buscava consolidar as alianças conquistadas ao longo dos anos junto aos Estados mais próximos. Nesse sentido, o primeiro grupo de nações que mais de perto o país influencia é o sul-americano. Vale observar que nos anos anteriores havia sido registrado aumento real do comércio externo do Brasil com a América do Sul, que já representava cerca de 20% da balança comercial. Segundo Pinto, poderiam ser citados ainda um sem-número de outros aspectos que indicavam a conveniência de integrar o país ao continente. “Basta, contudo, frisar que os fatores geopolíticos, geoestratégicos e, principalmente, geoeconômicos, são indicadores significativos do rumo a ser adotado pela política externa brasileira em relação à América do Sul”. O autor entendia que o Brasil deveria fundamentar sua política externa na América do Sul, em demonstração inequívoca de que seria esta a região mais importante aos objetivos brasileiros. Saindo do entorno imediato do país, Pinto analisa a continuação natural do continente sul-americano – a América Central e o Caribe – argumentando que, embora as nações daquela região pertencessem também ao Terceiro Mundo, sua situação política era muito diferente daquela encontrada ao sul. Além da instabilidade política reinante e das guerrilhas em desenvolvimento naquela época, a área se encontrava tradicionalmente sob a hegemonia direta dos Estados Unidos, em que pese “a infiltração comunista que Cuba então proporcionava” (PINTO, 1984, pp. 100-105).

Sobre a África, Pinto defende que aquele continente representava, na época, região onde os interesses nacionais se intensificavam. “Não só a proximidade do continente africano, mas, sobretudo, as ligações históricas que tanto influenciaram os costumes e hábitos brasileiros, motivam uma política externa de maior aproximação com as jovens nações africanas”. Salienta-se, ainda, a presença de cinco países de língua portuguesa, o que certamente incentiva maior convívio entre esses povos. Quanto ao Segundo Mundo, Pinto entende que “fortes razões nos afastavam daquelas nações comunistas”. Para o autor, “incorporando princípios cristãos e democráticos, a sociedade brasileira repudia qualquer outra ideologia, ou política, ou forma de governo, que confronte com os valores aceitos e assimilados pelo povo”. De qualquer modo, constatava-se algum intercâmbio com o mundo comunista, embora pouco intenso (PINTO, 1984, pp. 106-107).

Mais especificamente sobre as áreas marítimas de interesse nacional, Pinto afirma que “o Atlântico Sul representa o mar que une, separa, defende, ameaça, enriquece e projeta o país”. É, portanto, a área marítima mais importante, onde os interesses nacionais são, sobremaneira, acentuados. Assim, tanto sua utilização quanto sua proteção são vitais à nação, não podendo ser negligenciadas. Nesse passo, o oficial defende que “a presença brasileira no Atlântico Sul é mandatária”. A construção dos superpetroleiros e graneleiros – que, pelas suas dimensões, não podem navegar pelo Canal de Suez –, e a instabilidade no Oriente Médio, onde sucessivas guerras vinham impedindo a utilização normal do canal, concorreram para o aumento do tráfego marítimo pelo sul da África, impondo novamente ao Atlântico Sul papel vital no abastecimento de petróleo ao Ocidente. Acrescenta-se, ainda, a descolonização do continente africano, com a “sovietização” de alguns países, o que provocou presença significativa e atuante de unidades navais soviéticas nas costas oriental e ocidental daquele continente. Dessa forma, “as águas do Atlântico Sul deixaram de ser tranquilas, para se agitarem ante a presença conflitante de navios de guerra oponentes” (PINTO, 1984, p. 110).

Assim, diante do cenário estabelecido para o Atlântico Sul, “torna-se obrigatória a presença mais atuante da Marinha, com a finalidade de demonstrar claramente que os interesses nacionais se estendem a essa área”. O autor registra que um conflito de maiores proporções, não alcançado pela Guerra das Falklands/Malvinas –, certamente implicaria

restrições ao tráfego marítimo sul-atlântico, o que poderia gerar situações indesejáveis aos interesses brasileiros. Registra-se que essa foi a única menção no texto do autor ao conflito recém ocorrido. Na sequência, ele defende que o Atlântico Sul “é vital ao Ocidente e representa, sob todos os aspectos, parte indissolúvel do Brasil”, seja quanto à sua segurança ou quanto ao seu desenvolvimento econômico e à sua expansão comercial. Verifica-se, pois, que as áreas marítimas de interesse nacional são as que circundam os continentes sul-americano e africano, com extensões ao Caribe e à Antártica. “Nessas áreas devem se fazer presentes Forças Navais brasileiras, de modo a demonstrar até onde se estendem os interesses do país e, principalmente, a capacidade de atuação do nosso Poder Naval” (PINTO, 1984, p. 111).

Outra forma de empregar politicamente uma Força Naval, segundo Pinto, é por intermédio da participação em operações combinadas com forças do país-alvo. A Marinha dos Estados Unidos, por exemplo, realiza a Operação *Unitas* com as Marinhas sul-americanas desde 1959, angariando prestígio político junto aos países participantes e demonstrando sua superioridade material e tecnológica. A MB, por seu turno, somente a partir do final da década de 1970 veio a incrementar sua participação em exercícios combinados com as Marinhas vizinhas, como a Operação *Fraterno*, com a Argentina (iniciada em 1978), a Operação *Amigo*, com o Uruguai e a Operação *Ninfa*, com o Paraguai (PINTO, 1984, p. 104).

Assim, cabe registrar que desde antes do Conflito no Atlântico Sul, a MB buscava maior aproximação junto às Forças Navais da região. Em complemento ao exposto, Flores (1985) defende que:

no mundo de interesses competitivos em que o direito internacional não dispõe de apoio em uma autoridade comum coercitiva, o exercício do Poder Nacional pelos Estados, em proveito de seus interesses, é um ato de rotina em que as preocupações éticas não costumam gozar de precedência, sobretudo quando estão em jogo interesses considerados vitais. A lei ideal (que não responde ao poder nem é por ele amparada) e o próprio poder são aspectos conflitantes da sociedade internacional. Assim, é improvável que, no horizonte histórico previsível, possa haver uma suave harmonização de uma e outra num produto final de elevado conteúdo ético, válido para quaisquer circunstâncias (FLORES, 1985, p. 27).

Fica evidente nas proposições de Flores – bem como naquelas do Contra-Almirante Armando Ferreira Vidigal (1980; 1984) – a influência dos conceitos realistas de autoajuda, próprios da ideia da anarquia internacional, comentados em Waltz (1979).

Para Santangelo (1987), o Atlântico Sul era vital para o Brasil, tendo em vista a importância do comércio marítimo para o país. Ademais, dele dependia também a nação em função do petróleo que aqui chega, não só o importado, como também o extraído da plataforma continental. “Torna-se necessário, então, no caso de um conflito Leste/Oeste, estudar sua importância estratégica, tanto em termos de interesses brasileiros que nele se projetam como em relação aos interesses de outros países”. Nesse sentido, destaca-se que as ilhas de Fernando de Noronha e Trindade, por seus posicionamentos e condições topográficas, podem se constituir em excelentes bases avançadas para operações aeronavais e de alarme aéreo antecipado. O autor nota ainda que a delimitação das áreas marítimas de interesse brasileiro deve compreender todo o Oceano Atlântico, entre a Antártica, a América do Sul, a África e o Trópico de Câncer. Daí deveria excluir-se o Mar do Caribe, pois as situações político-estratégicas naquela área evoluíam submetidas a estímulos que não são, necessariamente, os mesmos encontrados no Atlântico Sul (SANTANGELO, 1987, pp. 69, 76). Fica claro, em mais esse texto, que a presença soviética, como ameaça na região, era muito mais levada em consideração do que os ensinamentos trazidos pela Guerra das Falklands/Malvinas.

Por fim, Flores (1988), então Almirante de Esquadra, retorna para alertar que faltava ao Brasil uma política de defesa formulada com assessoramento e influência militar e alinhada com a percepção nacional de segurança do país, cujas diretrizes balizariam o preparo militar-naval. Ou seja, “falta-nos a macro inspiração do que deva ser o Poder Militar em geral e a Marinha do Brasil, em particular”. Ademais, a ausência dessa orientação básica contribuía para gerar a fragilidade do compromisso político, administrativo e público com o preparo militar, além da desarmonia entre as Forças Armadas, que disputavam por espaço, prioridades e recursos. “Resulta disso tudo uma associação deficiente entre as estratégias das três Forças Armadas, com reflexos sobre o nível operativo, bem como uma falta de clareza sobre o relacionamento entre o preparo militar, a política externa brasileira e a ordem interna”. A

solução do problema da falta de orientação nacional era dificultada pelo alheamento civil pelos assuntos militares e pela autonomia corporativa militar nesses assuntos – motivada, entre outros, pela ausência de ameaça externa bem definida, desde o término das questões da Bacia do Prata, e pelo “relacionamento civil-militar viciado por questões internas havia mais de 100 anos” (FLORES, 1988, pp. 15-16).

Considerações Finais

Os objetivos estabelecidos neste artigo foram o de definir o impacto sobre o pensamento naval a partir da estrutura do Sistema Internacional à época da Guerra das Falklands/Malvinas – moldada pelo confronto Leste x Oeste – e, como objetivo principal, comparar os artigos publicados pelos oficiais da MB na Revista Marítima Brasileira, na década anterior à guerra (a partir de 1970), com os textos publicados no pós-conflito (até 1990), apontando se houve algum afastamento em relação às reflexões voltadas ao confronto bipolar da Guerra Fria, bem como se as eventuais mudanças teriam relação com o aprendizado decorrente do Conflito no Atlântico Sul.

Dentre os temas abordados na análise da conjuntura, espaço maior foi dedicado ao entendimento da Guerra Fria e do ordenamento do mundo bipolar – e de como o Brasil e a MB se inseriam nesse contexto –, uma vez que os textos publicados pelos oficiais de Marinha na RMB demonstram que era esse o ponto que mais influenciava o pensamento naval, especialmente antes da guerra de 1982. Merece destaque o fato de que os oficiais da MB encaravam a bipolaridade de modo tradicional, ortodoxo, focando análise nos aspectos estritos da competição estratégico-militar entre Estados Unidos e URSS, deixando de lado as notáveis fissuras existentes neste mundo bipolar, existentes especialmente durante a *Détente*. Outros aspectos presentes à época – como a crise econômica mundial pós 1973 e o processo de redemocratização brasileiro – passam quase sem citação pelos autores que são objeto deste artigo.

Destacou-se a diminuição do espaço reservado às traduções de textos estrangeiros, quando se comparam os períodos pré e do pós-guerra de 1982. Tais artigos foram substituídos principalmente pela produção do oficial de Marinha, demonstrando a

preocupação da revista em privilegiar o pensamento autóctone. Convém destacar, entretanto, que isso não necessariamente tem relação com a Guerra das Falklands/Malvinas.

Sobre o foco no confronto Leste x Oeste, foi visto que a quantidade de artigos publicados a respeito do embate entre as superpotências denota que, em grande medida, a Guerra Fria pautava o pensamento naval da época, especialmente antes da Guerra das Falklands/Malvinas. Foram 45 textos publicados antes do conflito de 1982, e 18 depois. Destaca-se também que o período foi marcado por outras questões bastante significativas para o Estado brasileiro, como as crises do petróleo, as convulsões internas relacionadas ao regime militar e o processo de redemocratização. Apesar disso, o acompanhamento e o estudo do conflito bipolar foi o tema que mais espaço obteve na RMB entre os artigos da área dos Estudos Estratégicos.

Nesse passo, Nunes (1973) escreve sobre o papel a ser exercido pela MB, defendendo que a Marinha deveria buscar composição de meios que permitissem à força atuar de forma autônoma, voltada ao atendimento dos interesses nacionais, em vez de ser apenas integrante de uma força interamericana. Ele defendia, inclusive, que a Marinha deveria crescer mais rapidamente que crescia o Brasil. Sua voz, porém, foi minoritária. A maior parte dos autores, como Magalhães (1977), via uma URSS determinada em expandir-se mundialmente – conforme ditava a narrativa norte-americana – e entendia que o papel natural da MB deveria ser o de defender o tráfego marítimo de interesse aliado no Atlântico Sul, especialmente contra a ameaça submarina soviética. Nesse contexto, Flores (1980, 1981) entende que no caso da eclosão de uma guerra generalizada, as atenções seriam dirigidas prioritariamente para o Atlântico Norte e o maior esforço brasileiro devia se concentrar nas águas próximas ao Brasil, onde a MB atuaria com apoio das nações aliadas. Hermes (1981) argumenta que para o caso de um confronto entre os EUA e a URSS, não poderia haver dúvida quanto ao alinhamento brasileiro com a causa do mundo democrático. Haveria necessidade de que a base industrial dos EUA fosse alimentada de matérias-primas necessárias à manutenção do esforço de guerra. A importância do Atlântico Sul e, de modo especial, do Brasil, restaria evidente, suplementando os meios navais norte-americanos

designados a operar no sul, visto que a maior parte daquela esquadra estaria alocada em regiões de maior prioridade.

A preocupação exposta na RMB com o inimigo soviético, “nosso mais significativo antagonista”, fica bastante caracterizada também com a tradução – a partir de edições norte-americanas – e publicação de três livros sobre estratégia naval da URSS, ao longo do pré-guerra de 1982. Após o conflito das Falklands/Malvinas, apesar do espaço dedicado pela revista ao trato do tema ter diminuído muito, fica evidente o sentimento de preocupação que continuava a pairar entre os oficiais – reflexo do discurso norte-americano, especialmente a partir do governo Reagan. Destacam-se os textos de Aquino (1984), Pinto (1984), Castro (1985), Gomes (1985), Santangelo (1987), Veiga (1989) e Lima (1990), nos quais percebe-se o foco voltado ao Pacto de Varsóvia, visto como militarmente superior às forças da OTAN, uma URSS símbolo de valores antiocidentais e expansionista, ameaçando interferir no Atlântico Sul, bem como para a possibilidade – sempre presente – do conflito nuclear. Assim, em vez de estudarem problemas específicos do Brasil e da MB, absorviam-se as estratégias norte-americanas vis-à-vis seu inimigo soviético para, a partir delas, extrair como deveria se dar a atuação da Marinha Brasileira. Mesmo após o recém-ocorrido conflito no Atlântico Sul, o foco se mantinha, em grande medida, no “inimigo” soviético.

Cabe notar que o posicionamento de Vidigal (1980, 1984) e de Flores (1980, 1981, 1985, 1988) destoava da visão mais comum entre seus pares, alertando contra o alinhamento incondicional, estratégico e doutrinário, aos EUA. Este último chega a pontuar que o foco acerca das investidas mundiais da Marinha da URSS não corresponde aos problemas navais previsíveis para o Brasil. Foi também um dos poucos oficiais a chamar a atenção para o caráter intervencionista norte-americano na América Latina. Assim, percebe-se que algumas vozes importantes já pediam por um Brasil e uma MB menos dependentes do exterior, mesmo antes da guerra de 1982.

Observou-se que a RMB (1970-1990) pouco abordou temas como a situação política no país, o regime militar e a redemocratização. Apesar da turbulência social presente no período, a revista manteve-se focada nos assuntos profissionais afetos à Marinha, conforme demonstrado nas palavras de vários chefes navais da época, como Nunes (1973) e

Flores (1980). Nota-se que a influência da USN no pós-2ªGM (ao direcionar a MB para a atuação na proteção do tráfego marítimo), contribuiu para manter a Marinha objetivamente voltada a operações de guerra naval e questões profissionais. Cabe destacar que não foi observada qualquer alteração nesse tópico, quando se analisa o pré e o pós-guerra de 1982.

No pós-Guerra de 1982, Flores (1985 e 1988) endurece o tom, apresentando visão realista do Sistema Internacional – fazendo alusão a conceitos como o da anarquia internacional e da autoajuda –, alertando que faltava ao Brasil política de defesa, diretriz superior que deveria nortear o preparo das Forças Armadas. Foi destacado também o alheamento civil pelos assuntos de defesa e a autonomia corporativa militar nessas questões.

Sob outro prisma, o Contra-Almirante engenheiro naval Othon Pinheiro da Silva¹⁴ (1989) afirma que a Marinha procurava cumprir suas tarefas na defesa dos interesses brasileiros no mar, compatibilizando a intensidade do cumprimento de sua missão com os demais interesses e possibilidades da sociedade. Mais ainda, Roberto Luz (1990), Capitão de Mar e Guerra, defende que em um cenário em que parcela substancial do povo vivia na pobreza e onde os riscos de conflito pareciam remotos, não havia expectativa de se conseguir maiores investimentos em segurança. Desse modo, percebe-se que mesmo depois da guerra de 1982, o debate acerca da necessidade de maiores investimentos na força permaneceu tendo de lidar com as enormes demandas sociais existentes no país.

A respeito do emprego político do Poder Militar e do Poder Naval, autores como Vidigal (1980, 1984) e Pinto (1984) observam que as Forças Armadas devem ser desenvolvidas e preparadas sempre se tendo em mente o combate e que sua eficiência como arma de política externa depende, essencialmente, de sua credibilidade como instrumento para a guerra.

¹⁴ Foi Diretor de Pesquisas de Reatores do IPEN, entre 1982 e 1984, e fundador e responsável pelo Programa de Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e da Propulsão Nuclear para Submarinos, entre 1979 e 1994. Exerceu o cargo de Diretor da Coordenadoria de Projetos Especiais da Marinha (COPESP), atual Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), de 1986 a 1994. É autor do projeto das ultracentrífugas para enriquecimento de urânio e da instalação de propulsão nuclear para submarinos. Exerceu a presidência da Eletronuclear – Eletrobrás Termonuclear, empresa responsável pela construção e gerenciamento das usinas nucleares brasileiras, de 2005 a 2015 (DEFESANET, 2015).

Sobre o Entorno Estratégico Brasileiro, Olivé (1975), Flores (1975, 1980) e Sabóia (1977, 1980) defendiam que a MB deveria ser capaz de operar no alto-mar, principalmente no Atlântico Sul – área de interesse para o país e para qualquer Força Naval que buscasse projetar poder sobre o território nacional. Freitas (1981), mais um oficial embalado pela visão de “Brasil potência”, entendia que com o desenvolvimento nacional a maritimidade acabaria se impondo, e que o Estado deveria perseguir a conquista de posições estratégicas no Atlântico Sul – como as Ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Geórgia do Sul –, defendendo que o Reino Unido não teria capacidade de utilizá-las, vindo a ser desmentido pelo conflito de 1982. Na sequência, Pinto (1984) argumentou que o país deveria incrementar o intercâmbio militar com os vizinhos da América do Sul e com as jovens nações africanas, já Santangelo (1987) defendia a delimitação das áreas marítimas de interesse brasileiro, com prioridade para o entorno atlântico da América do Sul. Em clara alusão às lições aprendidas com o conflito de 1982, destacava que as ilhas de Fernando de Noronha e da Trindade poderiam se constituir em excelentes bases avançadas para operações aeronavais e de alarme aéreo antecipado.

A partir do exposto, conclui-se que as fontes examinadas sustentam que a Guerra das Falklands/Malvinas não alterou o pensamento estratégico naval, apesar de ter sido o principal conflito naval do pós-2ªGM e de seu *locus* sul-atlântico. O pensamento prosseguiu aferrado aos marcos tradicionais da Guerra Fria, a despeito das transformações internas e externas que marcaram aquele período, provando que as ideias são resilientes, especialmente no âmbito militar.

Referências Bibliográficas

Fontes

AQUINO, Sérgio. Repercussões militares da expansão soviética na África. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 104, n. 1, 1984.

BRASIL. Marinha do Brasil. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Nota do Editor. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 1, 1974.

CASTRO, Cardoso de. Brasil, esse País bi-Hemisférico. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de

Janeiro, v. 95, n. 2, 1975.

CASTRO, Mario. As Forças de Fuzileiros Navais como instrumento de ação rápida em situações de crise e tensão. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 105, n. 3, 1985.

FLORES, Mário Cesar. Aratu: ensinamentos de uma ideia mal consolidada. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 105, n. 4, 1985.

_____. Bases Navais: novos problemas, novas ideias. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 95, n. 2, 1975.

_____. Maritimidade: causa de progresso ou de risco? *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 101, n. 3, 1981.

_____. O preparo da Marinha dos próximos 10 a 30 anos: dúvidas, comentários e sugestões. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 108, n. 1, 1988.

_____. Poder Naval: fundamentos instáveis e rumos incertos. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 100, n. 4, 1980.

FONSECA, Maximiano. Alocução de Posse do Ministro da Marinha. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 99, n. 1, 1979.

FREITAS, Paulo. Estratégia do Brasil no Futuro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 101, n. 2, 1981.

GOMES, Celso. O Pacto de Varsóvia: capacidade estratégica. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 105, n. 3, 1985.

GORSHKOV, Sergey. As Marinhas na Guerra e na Paz (partes 1 a 11). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 2, 1974 a v. 95, n. 1, 1975. 1974a a 1974h; 1975a a 1975c.

HERMES, Mário. O Sistema de Segurança Interamericano e o Brasil: Fundamentos Teóricos da Segurança Coletiva. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 101, n. 1, 1981.

HERRICK, Robert. Estratégia Naval Soviética: cinquenta anos de teoria e prática (parte 3). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 90, n. 1, 1970. 1970a.

_____. Estratégia Naval Soviética: cinquenta anos de teoria e prática (parte 4). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 90, n. 2, 1970. 1970b.

LIMA, Roberto. O Pensamento Estratégico na Era Nuclear. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 110, n. 4, 1990.

LUZ, Roberto. O papel das Forças Armadas na sociedade. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 110, n. 4, 1990.

MAGALHÃES, Gualter. As Missões das Marinhas: um panorama geral. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 1, 1977.

MOORER, Thomas. O desenvolvimento do Poder Marítimo Soviético e como está sendo enfrentado. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 90, n. 3, 1970.

NUNES, Adalberto. Administração Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 93, n. 3, 1973.

OLIVÉ, Jair. Concepções Estratégicas Atuais. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 95, n. 4, 1975.

PINTO, Paulo. O emprego político das Forças Navais brasileiras. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 104, n. 1, 1984.

SABÓIA, Henrique. Encerramento dos Cursos de 1977 da Escola de Guerra Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 4, 1977.

_____. Encerramento dos Cursos de 1979 da Escola de Guerra Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 100, n. 1, 1980.

SANTANGELO, Sergio. A proteção ao Tráfego Marítimo. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 107, n. 1, 1987.

SILVA, Othon. Os interesses e a participação da Marinha no desenvolvimento nuclear brasileiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 109, n. 3, 1989.

UNGERER, Guenter. Situação Econômica na América do Sul e suas influências na avaliação da nossa Estratégia Naval. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 95, n. 4, 1975.

VEIGA, Raul. A Crise dos Mísseis de Cuba: o ponto de partida para o desenvolvimento da Marinha Soviética? *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 109, n. 2, 1989.

VIDIGAL, Armando. A Indústria Naval Militar no Brasil através do tempo (parte 1). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 100, n. 4, 1980.

_____. Conflito no Atlântico Sul (parte 1). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 104, n. 4, 1984.

WEGENER, Edward. A Ofensiva Naval Soviética (parte 1). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 3, 1977. 1977a.

_____. A Ofensiva Naval Soviética (parte 2). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 4, 1977. 1977b.

_____. A Ofensiva Naval Soviética (parte 3). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 98, n. 1, 1978.

Bibliografia

COELHO, Emilio Reis. *O Pensamento Naval nas páginas da Revista Marítima Brasileira no Contexto da Guerra Fria e à luz das Lições Aprendidas com a Guerra das Falklands /*

Malvinas. Dissertação de Mestrado em Estudos Estratégicos – Universidade Federal Fluminense, 2019.

DANTAS, André. Mário César Flores (Verbetes). Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-mario-cesar>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

DEFESANET. CV Vice-Almirante R1 Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva. 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/nuclear/noticia/19882/CV-Vice-Almirante-R1-Dr-Othon-Luiz-Pinheiro-da-Silva/>>. Acesso em: 22 dez. 2021.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). Central Intelligence Agency. *Soviet Navy: Intelligence and Analysis during the Cold War*. 2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/intelligence-history/soviet-navy-cold-war/soviet-navy-historical.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

_____. President of the United States. *U.S. Foreign Policy for the 1970's: The Emerging Structure of Peace*. 1972. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015001691271;view=1up;seq=13>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

_____. United States Navy. *Vertical Launch Anti-Submarine Rocket ASROC (VLA) Missile*. 2013. Disponível em: <https://www.navy.mil/NAVYDATA/fact_display.asp?cid=2200&tid=1500&ct=2>. Acesso em: 19 jun. 2021.

_____. United States Navy. Naval History and Heritage Command. *Admiral Elmo R. Zumwalt Jr.* 2016. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/people/chiefs-of-naval-operations/admiral-elmo-r-zumwalt-jr-.html>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FIGUEIREDO, Eurico. Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2015.

FRIEDBERG, Aaron. What SALT can (and cannot) do. *Foreign Policy*, n. 33, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1148462?read-now=1&googleloggedin=true&seq=9#meta_data_info_tab_contents>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FUCCILLE, Alexandre. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. In: SAINT-PIERRE, H. L.; VITELLI M. (Orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2018.

HOBBSAWM, Eric. *Age of Extremes: the short Twentieth Century (1914-1991)*. Londres: Abacus, 1994.

HUCKABEY, Jessica. *The Paradox of Admiral Gorshkov*. Center for International Maritime Security. 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/paradox-admiral-gorshkov/13197>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

KISSINGER, Henry. The Viet Nam Negotiations. *Foreign Affairs*, Nova Iorque, v. 47, n. 2, 1969.

_____. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.

MATTOS, Leonardo. *Uma Jeune École Brasileira*. Trabalho de Conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2004.

MINGST, Karen. *Princípios de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 6ª edição, 2014. Versão do Kindle.

MARGARET Thatcher Foundation. The US & the Falklands War: the US 'tilt' towards Britain (30 Apr 1982). 2021. 2021a. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/archive/us-falklands>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

_____. The US & the Falklands War: the CIA. 2021. 2021b. Disponível em: <<https://www.margaretthatcher.org/archive/us-CIAfalklands>>. Acesso em: 23 dez. 2021.

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante a pós a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

MUNHOZ, Sidney J.. *Guerra Fria: história e historiografia*. Curitiba: Appris, 2020.

_____. ; ROLLO, José Henrique. Détente e détentés na época da Guerra Fria (décadas de 1960 e 1970). *Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 138-158, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p138>. Acesso em: 22 dez. 2021.

NASSIF, Luis. A posição brasileira sobre as Malvinas. *Jornal GGN*, 13 jan. 2011. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/politica/internacional-politica/a-posicao-brasileira-sobre-as-malvinas/>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PECHATNOV, Vladimir. The Soviet Union and the World, 1944–1953. In: LEFFLER, Melvyn; WESTAD, Odd (eds.). *The Cambridge history of the Cold War, Volume 1: Origins*. New York: Cambridge University Press, 2010.

POSEN, Barry. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain and Germany between the World Wars*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.

_____. *Restraint: a new foundation for U.S. Grand Strategy*. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

VAISSE, Maurice. *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 1995.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. California: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

XIA, Yafeng. China's Elite Politics and Sino-American Rapprochement: January 1969 -

February 1972. *Journal of Cold War Studies*, v. 8, n. 4, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Yafeng_Xia/publication/239562192_China%27s_Elite_Politics_and_Sino-American_Rapprochement_January_1969February_1972/links/5835c1d908ae4eb3bb132501/Chinas-Elite-Politics-and-Sino-American-Rapprochement-January-1969February-1972.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.